

Editorial

Cada novo número da *Educar em Revista* apresentado ao público é um momento de reflexão sobre os desafios da democratização da escola brasileira, no sentido mais amplo que essa expressão pode conter. Essa reflexão revela-se nas grandes temáticas a que se dedicam os dossiês da revista, assim como nas preocupações de cada pesquisador que divide com a comunidade científica seus esforços em compreender o fenômeno educativo a partir de temáticas singulares reveladas nos artigos de demanda contínua.

Este número da *Educar* vem a público num semestre que pode ser considerado festivo. Depois de um ano de preparação, finalmente realizamos a 1ª Conferência Nacional de Educação, no período que foi de 28 de março até 1º de abril, em Brasília, com aproximadamente três mil delegados de diferentes setores/segmentos da educação nacional.

Luiz Antonio Cunha nos lembra que a história da educação brasileira é marcada por um padrão “verticalista e centralista” (CUNHA, 1981, p. 6) de produção da legislação e consequentemente da política educacional. Ainda assim, isso não impediu que ao longo do século XX os educadores e os movimentos organizados da sociedade civil construíssem treze Conferências Nacionais de educação, entre 1927 e 1967. E, depois dos anos de silêncio forçados pela ditadura militar, voltamos a realizar cinco Conferências Brasileiras de Educação para discussão do capítulo da Educação na Constituição de 1988 e do texto original da LDB, e, finalmente fechamos o século XX com a realização de 4 Congressos Nacionais (CONEDs) para construção do Plano Nacional de Educação. Bem, frente a esse histórico tão fecundo de debates, por que a CONAE 2010 é um motivo de comemoração? Novamente cabe recorrer às reflexões de Cunha “as conferências de educação constituem um momento do processo de organização do campo educacional: o momento da consciência da especialidade da educação, em particular da educação escolar” (CUNHA, 1981, p. 6).

O longo histórico de articulação da sociedade civil em torno de conferências, ainda que tenha conseguido influenciar a política educacional, como espaço de afirmação do campo educacional e como espaço de fortalecimento dos setores ligados à escola pública que pressionaram e pressionam o Estado na defesa da expansão do direito à educação, resultaram sempre em conferências livres, ou seja, o Estado Nacional não estava obrigado a comprometer-se com as deliberações, pois ele não era oficialmente participante do processo.

Essa é a novidade da CONAE: pela primeira vez os diferentes segmentos ligados à educação nacional reuniram-se com uma convocação oficial do

Ministério, ainda que esse tenha democraticamente constituído uma comissão de entidades para coordenar todo o processo. Assim, as deliberações desta Conferência de 2010 ganham legitimidade e força para pautar o debate da política educacional na próxima década.

O tema central da conferência foi o fortalecimento de um Sistema Nacional Articulado de Educação (SNAE), para isso alguns elementos importantes foram aprovados. Entre eles podemos destacar a constituição de um Fórum Nacional de Educação, com uma composição que refletirá a participação dos segmentos na CONAE e deverá acompanhar a tramitação do novo PNE (2011-2020) no Congresso Nacional; incidir pela implementação das diretrizes e deliberações tomadas nesta e nas demais edições da CONAE, além de coordenar as próximas edições da CONAE. Essa é uma proposição que havia ficado perdida durante a tramitação da LDB e que pode ser um instrumento importante para que a superemos uma política educacional planejada apenas “a partir do núcleo do Estado, nunca da periferia” (CUNHA, 1981, p. 6).

Outro tema fundamental no fortalecimento do SNAE foi o financiamento da educação. A necessidade de ampliação dos investimentos do país para a superação das desigualdades de acesso e qualidade que marcam o sistema educacional brasileiro foi consenso entre os delegados, o que levou a aprovação da meta de ampliar os investimentos em educação para 10% do PIB brasileiro. Para isso aprovou-se a ampliação dos esforços dos entes federativos na destinação de recursos e a necessidade de melhorar o uso dos recursos garantindo o repasse de verbas públicas exclusivamente para as escolas públicas. Nesse último ponto certamente não houve consenso, posto que, entre os seguimentos presentes na CONAE estavam as instituições privadas puras e aquelas de seguimentos comunitários e filantrópicos, ainda assim a aprovação de verbas públicas para escolas públicas foi aprovada com maioria absoluta e, com prazo para a cessação dos conveniamentos.

A democracia na gestão do sistema e a ampliação de recursos são eixos estruturantes da política nacional, entretanto a CONAE dedicou-se também a estabelecer metas para a organização da educação nacional considerando a necessidade de democratizar a escola, por isso aprovou-se a eleição direta para diretores das instituições; a necessidade de valorizar os profissionais da educação, assim reafirmou-se a necessidade da efetivação do Piso Salarial Profissional Nacional para o magistério, assim como a profissionalização dos demais profissionais que atuam nas escolas; deliberou sobre o fortalecimento da formação de professores e a necessária expansão do acesso ao ensino superior, tanto como estratégia para a melhoria da qualidade da educação básica, fortalecendo as licenciaturas, quanto melhorando a formação dos demais profissionais necessários ao desenvolvimento do país; reafirmou a necessidade

da ampliação das políticas inclusivas no sistema educacional que permitam a superação de desigualdades étnico-raciais, de gênero ou de renda.

A realização desta Conferência marca um momento fecundo de debate democrático na educação brasileira, mas não permite que os educadores baixem a guarda, pois todas estas deliberações precisam tornar-se lei (algumas inclusive demandam emendas constitucionais) e isto exigirá ainda muito esforço e negociação no Congresso Nacional. Certamente é hora dos legisladores dialogarem democraticamente com os segmentos e superarem as iniciativas pontuais e voluntaristas que descaracterizam os esforços nacionais de definição de um projeto educacional consistente e democrático.

Nesse cenário o dossiê “Dimensões formativas do ensino superior no século XXI: o sentido democrático na formação inicial e continuada dos profissionais da escola básica” organizado pela professora Cleusa Gabardo é absolutamente pertinente para alimentar o debate sobre a necessidade de articularmos ensino superior e educação básica. As contribuições singulares da segunda parte da revista dedicada aos artigos de demanda contínua, também remetem a temas pertinentes.

O primeiro artigo de Antonio Simplicio Almeida Neto, intitulado *Relatos da Caixa Preta: representações como elemento da cultura escolar* apresenta relatos de professores de história e reflete sobre as representações desses profissionais sobre a sua própria prática. A partir da apresentação envolvente de depoimentos dos professores o autor reflete sobre a construção dos objetivos do ensino de história em propostas oficiais ou alternativas, em que as ideias de cidadania, crítica, patriotismo precisam ser enfrentadas e, muitas vezes, reelaboradas pelos professores. O texto expressa de maneira muito intensa os desafios da educação básica a partir do olhar de um agente central do processo, o professor que revela “*desejos de mudança, mas também [...] frustração diante da tão propalada crise da educação*” (ALMEIDA NETO).

O segundo artigo de Adão José de Souza, *A produção de raios x contextualizada por meio do enfoque em CTS em sala de Aula no Ensino Médio*, nos remete ao universo da prática de ensino de física e à necessidade da escola dialogar com o conhecimento científico mais atualizado, assim o autor analisa as possibilidades do ensino da Física Moderna Contemporânea a partir do estudo de raio x, argumentando que esta não deve ser apenas um apêndice do estudo dos conceitos da física clássica, mas uma possibilidade dos alunos colocarem-se a pensar sobre temas “*invisíveis aos olhos*” para usar a expressão do autor.

O terceiro artigo de Carlos Alberto Ferreira, *Práticas de Regulação das Aprendizagens de estagiários do 1º ciclo do ensino básico de Portugal*, apresenta uma análise de práticas de avaliação da aprendizagem realizadas por estagiários da Licenciatura em Ensino Básico da Universidade de Trás-os

Montes e Alto Douro, Portugal. A partir de pesquisa qualitativa sobre a prática escolar e apoiado no conceito de regulação da aprendizagem, o autor revisita a questão da avaliação formativa, argumentando a favor de que este processo seja efetivamente de “*diálogo entre os vários intervenientes e de reflexão sobre o referido processo*” (FERREIRA). É muito bem-vindo que possamos no mesmo número da Educar pensar a relação da universidade com a formação de professores no Brasil e contar com uma reflexão sobre o processo de formação de licenciados em Portugal.

O quarto artigo nos remete as práticas escolares numa perspectiva histórica, Dorval do Nascimento em *Relações Interétnicas em uma Escola Pública do Sul do Brasil (1951-1964)* discute processos de constituição de identidades étnicas a partir de pesquisa em uma escola pública de Criciúma, Santa Catarina. A partir da análise de registros escolares e de depoimentos de ex-alunos o autor faz emergir tensões entre brasileiros e imigrantes, moradores da zona urbana e zona rural que permite reflexões sobre “*as estratégias de pertencimento colocadas em funcionamento pelos grupos sociais na escola*” (NASCIMENTO); tal reflexão singular sobre a imigração europeia no sul do país articula-se de modo mais geral à necessidade de construção de uma escola mais inclusiva em que a tolerância esteja presente como fundamento da vida coletiva.

O quinto artigo, novamente na chave da história da educação, provoca a discussão de outro elemento fundamental na construção de um projeto de escola atualmente, qual seja a relação entre Estado e Igreja e os efeitos desta relação na educação. O artigo de Nívio de Campos analisa “*a trajetória, os debates e os projetos dos intelectuais católicos leigos em torno da temática educacional*” (CAMPOS) no contexto paranaense. O autor reconstrói a trajetória de organização da Igreja Católica no início do século XX no Paraná e apresenta como a organização de uma imprensa católica servia ao projeto de reação ao laicismo crescente no Brasil e, em consequência, disseminava os princípios do catolicismo.

O sexto artigo *Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária* os autores Zedeck Fiel Bezerra, Fernanda Alves Sena, Osmarina dos Santos Dantas, Aldem Rodrigues Cavalcante, Luiza Nakayama e Andréa Ribeiro de Santana problematizam as relações entre escola e comunidade de forma comparativa entre uma instituição pública e uma instituição conveniada. A partir de entrevistas com informantes privilegiados de duas escolas de Belém os autores refletem sobre a necessidade de a escola aproximar-se e articular-se de forma mais efetiva com a comunidade escolar.

O sétimo artigo de Edson Francisco de Andrade intitulado *Instâncias de participação na gestão do Sistema Municipal de Ensino: possibilidade e*

perplexidades nos remete novamente ao debate da democratização da gestão da educação no país. Analisando a experiência do Sistema Municipal de Ensino do Recife em que se encontram instâncias de participação importantes como os conselhos escolares e a Conferência Municipal de Educação, o autor avalia os desafios ainda presentes na cultura política brasileira, em que, a decisão não tem *empoderado* suficientemente os cidadãos, mesmo em contexto em que as instâncias participativas estão em funcionamento. A partir da ideia de que “*participar significa que todos podem contribuir, com igualdade de oportunidades, nos processos de formação discursiva da vontade, ou seja, participar consiste em ajudar a construir comunicativamente o consenso quanto a um plano de ação coletivo*” (ANDRADE) o autor apresenta reflexões fundamentais para a compreensão da política educacional no âmbito dos sistemas municipais de educação.

Finalmente, a resenha elaborada por Roberto Rafael Dias da Silva e Eli Teresinha Henn Fabris convida à leitura do livro de Richard Sennett e a uma reflexão sobre os contornos atuais do capitalismo.

Entregamos, portanto, mais um número da Educar em Revista e convidamos todos a ler, discutir, discordar!

Andréa Barbosa Gouveia
Paulo Vinicius B. da Silva

REFERÊNCIAS

CUNHA, L. A. *A organização do campo educacional: as conferências de educação*. Educação e Sociedade, n. 9, p. 5-48, maio de 1981.

